



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 05-11-15

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberto os trabalhos de audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 248/2015, de autoria do Executivo. Confere nova disciplina ao Conselho Municipal de Cultura, criado pela Lei 8.204, de 13 de janeiro de 1975 e reorganizado pelas Leis 11.287, de 23 de novembro de 92 e 14.874, de 05 de janeiro de 2009, alterando-se a sua denominação para Conselho Municipal de Política Cultural.

Esta audiência foi publicada no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no jornal *O Estado de S.Paulo* no dia 28/10/2015, e no jornal *Folha de S.Paulo* no dia 29/10 e no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*. Informo também que esta audiência está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço WWW.camara.sp.go.br, no *link* auditórios On-line.

Os nossos convidados. Estão presentes aqui o Secretário Municipal de Cultura Nabil Bonduki, foi convidado o Secretário Municipal de Governo, entidades da sociedade civil e todos os Vereadores desta Casa. Também a Secretária-adjunta, Rosário, vai participar da Mês, e o Aurélio.

Nós vamos começar com o Aurélio fazendo uma exposição a respeito do Conselho e durante a fala do Aurélio as pessoas que vão fazer a intervenção na tribuna ou no microfone que está perto da plateia, se inscrevem junto com a nossa Assessoria Técnica da Comissão.

Anuncio a presença do Sr. Barão, assessor do Vereador Marquito.

Tem a palavra o Sr. Aurélio para fazer sua exposição.

Antes tem a palavra o Secretário Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Sr. Presidente, aproveitando, enquanto estão armando a apresentação, queria para fazer uma saudação a todos os presentes e agradecer a presença de todos, agradecer também a presença dos nossos assessores e a Secretária Rosário e agradecer ao Vereador Reis, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara, que está promovendo essa audiência pública, que aliás, é obrigatória, uma segunda

audiência pública.

O Aurélio vai apresentar algumas sugestões que chegaram à Secretaria. Nós combinamos, na audiência pública anterior um prazo para que fossem enviadas as contribuições de alteração do projeto de lei. Foram enviadas algumas, algumas outras a própria Secretaria desenvolveu também em função de algumas questões importantes que precisariam ser incluídas, e eu queria dizer que a maior parte, ou quase todas, das contribuições foram acatadas dentro do projeto. Queria agradecer as contribuições que acho que foram importantes para aperfeiçoar o projeto e dizer que a partir do dia de hoje, caso não surja nada polêmico novo, nós estamos em condições de levar esse projeto a plenário para ser aprovado.

O Aurélio vai fazer a exposição.

O SR. AURÉLIO – Boa noite a todos e a todas. Eu tenho aqui uma planilha com as reivindicações, com as propostas que foram encaminhadas na última audiência. A primeira delas que nos foi encaminhada é sobre – vou ler o artigo: “fica vedada a inscrição de candidatos pelas organizações e coletivos em mais de um segmento artístico cultural”. A contribuição é que as organizações e coletivos possam inscrever candidatos em mais de um segmento. A justificativa da contribuição é que frente ao empreendedorismo cultural das organizações e coletivos entende-se que esses podem se inscrever em mais de um segmento. Consideramos que essa proposta não deveria ser levada adiante por entender que existem exatamente pelo próprio argumento, ou seja, pelo fato de ter um grande hibridismo em todas, em várias organizações e coletivos, cada organização ou coletivo poderia disputar muitos segmentos e a gente entende que existe uma possibilidade, dentro do próprio conselho que são as comissões e nessas comissões, aí sim, existe uma liberdade plena para que as pessoas possam participar de várias comissões, os coletivos e as organizações possam participar de várias comissões. Essa é a nossa justificativa em relação a essa proposta.

A segundo que nos foi apresentada é em relação à representação de novos segmentos. Nos foi apresentada a representação setorial da cultura da infância, que nos

apresentou uma justificativa, mandou o material para a gente, e no mesmo dia também foi apresentado uma proposta de representação do setorial da cultura do idoso. Incorporamos, aceitamos as duas propostas, no entanto, fazemos uma colocação, ampliamos um pouco a proposta considerando o caráter geracional da proposta que nós deveríamos também incorporar a presença da juventude, até por que nós já temos essa relação de proximidade, temos serviços e equipamentos voltados para a juventude, então seria importante que tivéssemos a representação da infância, a representação da juventude e a representação dos idosos. Nesse sentido, tanto uma quanto a outra serão devidamente incorporadas.

A outra questão que nos foi colocada é em relação à territorialização, com deveria ser subdividida a territorialização. Chegamos à conclusão de que devemos manter os nove territórios, que é onde alcançamos, pernas que temos para dar conta disso, e que essa distribuição, a distribuição de quais subprefeituras que estariam vinculadas a esse ou aquele território, nós teremos que ter um tempo e discutir isso daí na regulamentação do conselho. Então nesse sentido fechamos aqui as propostas que nos foram encaminhadas. Na verdade, por escrito nós recebemos uma só proposta, mas as outras propostas foram consideradas da fala daqueles que participaram conosco da primeira audiência.

Da minha parte seria isso que gostaria de colocar. Muito obrigado pela atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Obrigado. O Secretário Nabil gostaria de usar a palavra?

O SR. NABIL BONDUKI – Não. Acho que estou aqui mais para ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Então vamos às intervenções. Só tem uma pessoa inscrita. Isso quer dizer que está tudo muito bem. É o Sr. Fábio Siqueira, munícipe do bairro da Saúde.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa noite, população da cidade de São Paulo. Vamos discutir pela segunda vez, em nível legislativo, o Conselho Municipal de Cultura.

Saúdo Vereador Reis, Presidente da Comissão de Cultura e Educação, o Secretário Nabil Bonduki, Sra. Rosário, Sr. Aurélio (ininteligível) de cultura, segmentos da população aqui presente.

É claro que a inclusão do idoso é uma grande vitória, mas há outros temas a serem aqui colocados. Por exemplo, a questão de que soa um pouco absurdo manter o Centro junto com a Oeste, porque as características da região central são específicas em qualquer cidade do mundo, quiçá na cidade de São Paulo, que tem oito distritos. Então imiscuir a região central com a região Oeste, até a Raposo Tavares, o que dá 20 km, parece absurdo. Parece completamente absurdo manter o item 2-A, a questão do Centro-Oeste. Coisa é o Centro, outra coisa é Oeste. Acho que é muito perigoso deixar para regulamentação esse tipo de coisa.

Na questão dos setoriais dos segmentos artísticos parece que houve uma grave omissão quanto a rádio e televisão. Existe rádio aqui na cidade de São Paulo desde a década de 1920. A televisão surgiu nesta cidade nos anos 1950. Alguém nega a importância cultural do rádio e da televisão? Então como pode o Conselho Municipal de Cultura excluir rádio e televisão, que também não podem estar imiscuídos com cinema, com vídeo e com outras artes?

Também é importante falar de uma questão que abordei na primeira audiência, a questão do nome. Não existe conselho municipal de políticas educacionais, não existe conselho municipal de políticas de saúde, então o nome propício para esse conselho, na minha visão, deve continuar “Conselho Municipal de Cultura”, como há 40 anos; “de Política Cultural” parece um pouco equivocado para dar nome a esse conselho.

A questão também relacionada ao Art. 9º, Inciso II, representantes do Serviço Social do Comércio – Sesc. Claro que o Sesc é uma entidade importante, renomada aqui na Cidade, mas o Serviço Social da Indústria – Sesi também faz um trabalho cultural renomado. Vocês conhecem o Teatro Popular do Sesi, na Av. Paulista, que existe há mais de 45 anos, criação do grande jornalista e teatrólogo Osmar Rodrigues Cruz. Então por que dar uma vaga

para o Sesc e não para o Sesi? Alguém saberia explicar o porquê? Ou para o Senac, que também tem cursos de moda, cursos de outras coisas e atividades culturais. Então seria importante verificar por que dar a vaga para um serviço e não dar para outro, sendo que estão na mesma condição inclusive histórica.

A questão também relacionada à imprensa. A imprensa de São Paulo sempre patrocinou, ajudou a cultura da Cidade e do Estado. Deveria achar um jeito de colocar uma representação da imprensa cultural, que também não estou observando aqui. Como também os conselhos participativos. Até 2004 o Conselho Municipal de Cultura tinha assento no Conselho do Orçamento Participativo – Conop; agora o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos - CPOP não tem assento no Conselho Municipal de Cultura. Então eu queria saber como vai ser resolvida essa situação do Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos - CPOP no Conselho Municipal de Cultura, sendo que há um registro histórico, de 2003-2004, da presença do Conselho Municipal de Cultura no Conselho do Orçamento Participativos – Conop.

Também levantar outra omissão, e aí é uma opinião minha. Tradicionalmente, nesta cidade, se trata de forma diferenciada, inclusive por parte da imprensa, a música erudita e a música popular. Então não sei se seria o caso de ter também uma representação para música erudita e uma para música popular brasileira, e não juntar. Claro que a música é muito ampla, mas historicamente existe essa divisão inclusive por parte da crítica, dos jornalistas.

Por fim também levantar a questão do folclore. O folclore é uma questão importante nesta cidade. Não é à toa que no Museu da Língua Portuguesa tem uma exposição do Luís da Câmara Cascuda, grande folclorista do Século XX, potiguar, grande referência intelectual do ano da cultura brasileira. Eu vejo um descaso com o folclore brasileiro, especialmente aqui em São Paulo nos últimos anos. Haja vista que a prefeitura tinha o Museu do Folclore no Parque Ibirapuera e esse museu desapareceu do mapa. É incrível com a situação da cultura nesta cidade acontece! O Museu do Folclore some do mapa desta cidade! Aliás, um museu

patrocinado por grandes personagens, como Alceu Maynard Araújo, Rossini Tavares de Lima, grandes folcloristas brasileiros e paulistas. Então o folclore merece estar aqui também representado, obviamente, pelas ligações históricas, culturais com a Cidade, com as políticas culturais nesse Conselho.

Por ora, são essas as contribuições e a gente solicita mais reflexão a esse respeito.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Fábio Siqueira. A próxima inscrita é a Sra. Tábata Géssia(?), representando o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. NABIL BONDUKI – Antes eu queria um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Pois não, Secretário.

O SR. NABIL BONDUKI – Depois eu vou comentar as várias propostas. Mas é sobre a questão do Museu do Folclore, que eu acho importante que seja esclarecida. O Museu do Folclore que ficava na Oca, no Parque do Ibirapuera, que tinha o acervo do Prof. Rossini, não era do Município de São Paulo. Na década de 1990, quando a Oca foi cedida para a entidade que era representada pelo banqueiro Edemar Cid Ferreira para realizar a exposição dos 500 anos, esse acervo foi retirado de lá. O Museu do Folclore deixou de existir e esse acervo foi guardado, na época, não sei exatamente onde, e o Edemar ocupou aquele espaço até acontecer o que todos sabem, ele acabou preso.

Depois disso a Oca foi transferida para a Secretaria de Cultura e houve todo um processo que envolveu inclusive o Ministério Público, e acabou-se fazendo um TAC segundo o qual o acervo do Museu do Folclore deveria ser incorporado ao acervo do Museu da Cidade, e está prevista inclusive a sua exposição dentro do Pavilhão das Culturas Brasileiras no Parque do Ibirapuera. Na verdade, hoje, o que era o acervo do Museu do Folclore faz parte do Museu da Cidade, que é um órgão da Secretaria, portanto está representado no Conselho.

Então só para esclarecer que hoje não existe mais o Museu do Folclore para ser representado, e a própria Secretaria de alguma maneira...

- Fala fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Certo.

- Fala fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADA) - Mas as culturas populares e tradicionais estão representadas, e o folclore está incluído nisso disso, e há um setorial das culturas populares e tradicionais. Então, existe o setorial e existe a cadeira no Conselho, e, inclusive, no projeto de lei que está aqui na Câmara Municipal já está.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Anuncio a presença do Vereador Marquito. V.Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. MARQUITO – Quero dar boa noite a todos. Eu estava em outro evento, na correria, e estou chegando agora. É um prazer estar aqui. Meu assessor está me passando o que foi conversado até agora, e continuo à disposição. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Vereador Marquito. Vamos ouvir a Sra. Tabata Tesser.

A SRA. TABATA TESSER – Boa noite a todos e a todas. Quero falar em nome do mandato do Vereador Toninho Vespoli, do PSOL, Analisamos o projeto até com alguns coletivos de cultura, como o Fórum de Artes Negras e Periféricas da Cidade de São Paulo, que tem discutido a lei de fomento da Cidade. Queremos saber como se deu o processo de construção do projeto, porque vimos, pelos diversos meios de comunicação, notícias sobre reuniões que houve para discutir esse projeto. Então, gostaríamos de saber onde e quando foram realizadas essas reuniões, porque alguns coletivos da periferia não tiveram acesso a essa discussão.

Há inclusive um debate muito grande acerca dos termos “contemporâneo” “diversidade”, sobre o que seja diversidade dentro do texto da lei, e a isso não tem sido dado o devido acesso.

Temos conversado com alguns coletivos, que nos têm dito que há uma ausência e

não sei dizer se também uma má interpretação da Secretaria de Cultura sobre o que é contemporâneo e o que pode ser posto no projeto sobre as artes negras, não como objeto folclórico, mas ligado à discussão das nossas matrizes africanas históricas.

Meu questionamento é qual seria a concepção da Secretaria quando coloca o termo “diversidade” e “contemporaneidade” no projeto.

(NÃO IDENTIFICADO) - Só uma pergunta. Onde você “contemporâneo” dentro do projeto?

A SRA. TABATA TESSER – Estou me referindo à diversidade. Estou sem o projeto, mas há um ponto que fala sobre ampliação da diversidade. Queremos saber qual o conceito de vocês de diversidade.

Outro ponto é a plataforma digital, que, inclusive, parecer ser uma ferramenta muito boa para enviarmos sugestões. Gostaríamos de ter acesso ao relatório do que foi enviado até agora da plataforma digital, porque o projeto acaba saindo sem que tenhamos acesso a esse relatório. Queremos saber se podemos ter acesso ao relatório que foi enviado pela sociedade civil na plataforma digital para o projeto.

Mas quero dizer que estamos de acordo com o projeto, ele está realmente pronto para atender às demandas de cultura da Cidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado. Vamos ouvir agora o Sr. José Adão, do Movimento Negro Unificado.

O SR. JOSÉ ADÃO – Boa noite. Eu não fiz leitura do projeto de forma aprofundada, mas na fala do Sr. Fábio e na fala da Tabata faltaram algumas questões, que vou colocar.

A questão de Centro Oeste. A Cidade vem crescendo, e está se propondo a formatação dos conselhos a partir do que é possível fazer hoje. Só que, uma vez tornado lei, estruturado *etc.*, levará um bom tempo, mesmo que a situação se altere, para que a estrutura contemple realmente as necessidades. Então, vejo como certo empecilho pautar unicamente por aquilo que é possível fazer hoje e não por aquilo que talvez seja necessário ser feito ao

longo dos anos. Por exemplo, foi aprovado nesta Casa o Plano Municipal de Educação para 10 anos. Muitas coisas que foram aprovadas não vão ser feitas no ano que vem nem daqui a 2 anos, mas num horizonte de 10 anos. Então, faço a seguinte sugestão: que se considere as 9 divisões, mas que haja a perspectiva de serem ampliadas em função das várias estratégias que foram aprovadas no Plano Municipal de Educação, que fazem interface com a questão da cultura e do esporte.

Por exemplo, na gestão territorial há projetos em que conversam a Diretoria das DREs e o pessoal da cultura. Então, se ao invés de 9 houver a perspectiva de 13 subdivisões, é possível mais tarde haver um trabalho mais entrelaçado de educação e cultura. Há as 9 agora, mas o ano que vem pode haver 10, no seguinte 11 e assim por diante.

Outro ponto que a Tabata colocou é que faltou a questão do Fórum das Artes Negras. No Plano Nacional de Educação, no Plano Municipal de Educação e, provavelmente, no Plano Estadual de Educação - a Lei 10.639 e a 11.645 -, não estão o folclore afro-brasileiro e o folclore indígena, mas a cultura. Então, que a gente, no projeto fosse substituindo a palavra “folclore”, que pauta a cultura no sentido ocidental no viés de exótico – índios com penachos *etc.* Se desejamos uma mudança, vamos mudar de fato e paulatinamente.

Por último, o Plano Nacional de Livro e Leitura e também o Plano Municipal de Livro e Leitura, que fazem uma interface com a questão da própria educação. Que nessa questão da territorialidade, áreas como o Distrito Raposo Tavares, que estão no Morumbi. No caso da Casa de Cultura do Butantã, na hora de se discutir as verbas, considera-se o IDH médio da região. Só que o Distrito Raposo Tavares está de fato com um baixo IDH, tem 22 favelas, falta muita coisa. Havendo a distribuição de recursos que contemple o regional, é possível que aquilo que é produzido em termos de cultura – esporte, samba, Folia de Reis *etc.* -, que haja uma intervenção maior do setor público e um empoderamento maior a quem produz cultura nas regiões mais periféricas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Próximo inscrito, Sr. Jesus dos

Santos, do Coletivo Casa no Meio do Mundo e Movimento Cultural das Periferias.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Boa noite a todos. Sou do Coletivo Casa no Meio do Mundo e do movimento cultural das periferias, que têm dialogado junto à Secretaria Municipal de Cultura e também com a Comissão de Educação e Cultura desta Casa a implementação da lei de fomento à periferia, que vem a ser um marco na Cidade e na América Latina com uma iniciativa capaz de contribuir decisivamente para que coletivos culturais da periferia possam continuar a existir e desempenhar um papel cujos dados demonstram que ações culturais nesses lugares têm dado um significativo passo rumo ao desenvolvimento e a uma melhora para a região.

Em relação ao Fundo Municipal de Cultura, se a Secretaria tem um montante de 451 milhões de reais, gastou 430 milhões, sobra um valor. O que regulamenta, de fato, que esse valor será investido em algum projeto ou alguma demanda no ano seguinte?

Outra pergunta. Esse Fundo será apenas alimentado por essa sobra de dinheiro da Secretaria não investido durante ou haverá outros recursos, outras formas para que a Secretaria faça a captação desses recursos?

São essas as minhas perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Não há mais oradores inscritos.

Passemos aos oradores da Mesa para que façam suas explanações a respeito do que foi falado.

O SR. NABIL BONDUKI – Quero pedir ao Aurélio, que está na Secretaria desde o início da gestão, para fazer a apresentação, para explicar como foi construído o projeto de lei, que, na verdade, é um processo de quase um ano e meio, quase dois anos.

O SR. AURÉLIO – É importante ressaltar que esse processo foi deflagrado a partir da conferência; tão logo nós terminamos a conferência, em julho para agosto de 2013, nós começamos o trabalho com o Conselho. Nós abrimos uma plataforma de recolhimento de contribuições, que perdurou por três meses, do mês de outubro até o mês de janeiro. Nesse

período, nós recolhemos bastantes contribuições, sendo que quase a totalidade delas foi incorporada ao projeto. A partir do momento em que nós encerramos o recebimento dessas contribuições, nós começamos a fazer reuniões periódicas – pelo menos duas por semana – com vários coletivos – não tenho agora condições de dizer o nome de todos eles – que estiveram em contato conosco na conferência. Então, nós estreitamos essa relação e pudemos também receber contribuições desses grupos todos com os quais nós estivemos em contato; tenho documentado tudo e posso certamente posso apresentar.

Outra questão elaborada com muita propriedade é em relação à devolutiva. A primeira que nós fizemos foi feita num seminário aberto à população, na Biblioteca Mário de Andrade, quando nós apresentamos e entregamos o caderno da conferência. Naquele momento, nós fizemos uma devolutiva do que nós recebemos de contribuição. Além disso, nós trouxemos uma planilha – eu a tenha aqui comigo impressa, e nós podemos combinar de recolocá-la no *site* da Secretaria – para que todos tenham conhecimento de como as coisas chegaram até nós. Como nós trabalhamos com isso, nós podemos republicá-la, colocá-la novamente no site para que todos possam acompanhá-la neste importante momento da discussão e aprovação da lei.

Em relação ao processo, de uma forma muito sucinta, foi mais ou menos dessa maneira que foi conduzido.

Há um hiato que talvez não fique tão claro principalmente para todos aqueles que participaram desse processo, já que alguns estiveram na outra audiência e outros estão participando desta. Após sair da Secretaria e chegar aqui, o projeto passou por uma assessoria técnica, que fez uma leitura um tanto diferente da nossa num primeiro momento, mas que não vetou absolutamente nada, simplesmente recomendou que algumas questões que vieram como contribuições não deveriam, necessariamente, estar no projeto de lei, já que isso poderia atrasar o debate, mas que nós preservássemos, como está devidamente preservada, essa contribuição toda para que nós pudéssemos recolocá-la agora, ao fazermos o decreto

regulamentador.

Foi mais ou menos dessa forma que o processo aconteceu. Nós temos o material e seria uma satisfação apresentá-lo ao público novamente.

Em relação à política cultural, questão abordada pelo primeiro colega que fez a apresentação, o objetivo é manter uma coerência, considerando que nós estamos no Sistema Municipal de Cultura, ligado ao Sistema Nacional de Cultura, e nós temos o Conselho Nacional de Política Cultural, o Conselho Estadual de Política Cultural e o Conselho Municipal de Política Cultural. Então, foi uma manutenção dentro desse processo, a fim de manter a coerência com o sistema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Rosário.

A SRA. ROSÁRIO – Eu queria só fazer um complemento à fala do Aurélio em relação a esse processo, porque eu sou da Secretaria de Cultura há muitos e muitos anos e venho acompanhando a história há muito tempo. Houve uma mudança na legislação do Conselho, que não foi convocado nas gestões anteriores. Essa mudança, em 2008, ao invés de atualizar e ampliar o que estava proposto para o Conselho, acabou restringindo e estabelecendo critérios bastante rigorosos de participação.

Estou dizendo isso porque aberto, acho que em 2010 ou 2011, um cadastro para entidades que quisessem participar do Conselho. Era tão complexo que, das 55 que se cadastraram, pouquíssimas conseguiram completar toda a documentação. Na época, o Secretário, o Calil, reconheceu que tinha havido um problema e abriu um processo que contou com a participação de bastante gente, formalizada ou não, na Secretaria, quando começou esse debate de qual deveria ser a representação do Conselho, como ele deveria se organizar. Uma questão muito importante que surgiu foi o fato de muitos dos grupos coletivos da periferia não terem organização formal. O Conselho, portanto, precisava se rever e não podia ser um Conselho de entidades. Isso já tinha aparecido numa discussão anterior à revisão do projeto de

lei.

O Aurélio falou desse processo pós-conferência, mas, na realidade, pós-conferência foi a retomada desse processo de formalização, debate que já vinha ocorrendo internamente na Secretaria com grupos e entidades que tinham interesse naquele debate e depois, a partir da conferência, foi publicizado e foram feitos o seminário e a plataforma.

Acho que é importante dizer isso para nós não perdermos a história. Embora o Conselho não funcione, o debate sobre ele existe permanentemente.

Em relação à fala da Tabata, acho que há só uma confusão. Acho que você está falando da lei de fomento à dança, que aí sim há a questão da dança contemporânea que é contemplada e há todo um debate em relação ao conceito de contemporâneo. Essa discussão sobre a diversidade, nós estamos atentos e acompanhando esse debate, mas essa discussão não está neste projeto de lei para este conceito. A dança está representada aqui de maneira abrangente. Então essa questão não foi posta.

E a questão da arte negra, nós temos um setorial de cultura afro-brasileira aqui no Conselho e que tem assento no Conselho Geral. Então está contemplado no debate e há outras entradas em que isso vai se cruzar, o setorial das culturas tradicionais, o setorial das culturas indígenas, estão todos contemplados aqui. Talvez o pessoal não tenha acompanhado na época, mas muita gente da periferia participou também. O pessoal do Pombas Urbanas estava junto na redação, nos grupos de trabalho; o pessoal do Campo Limpo. Havia várias pessoas já na gestão anterior em que essa questão da participação não era tão forte, já havia grupos acompanhando. E acho realmente difícil acompanhar todos os debates que acontecem.

O Nabil vai comentar, mas em relação à fala do Sr. José Adão, a questão da Educação e da Cultura, a Prefeitura tem um problema: cada Secretaria se organiza e tem uma distribuição segundo sua lógica. É claro que o Conselho de Cultura tem de dialogar com a Educação - há o assento da Educação -, houve o plano de Educação e haverá o plano de Cultura agora, que é importante que acompanhem também. Temos de ver como ajustar esse

diálogo e as diretrizes que estarão em um plano e no outro, mas esse é o problema maior da Prefeitura em relação a sua organização territorial. A Saúde, a Assistência e a Habitação têm outra lógica, enfim, cada uma tem uma lógica que, talvez, em algum momento precisaríamos juntar todos, mas não é uma coisa muito simples de fazer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Secretária Rosário. Tem a palavra o Secretário Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Primeiro, quero fazer alguns comentários sobre as propostas do Fábio que na última audiência encaminhou algumas propostas e agora encaminhou algumas novas.

Com relação à região Centro Oeste, essa já é uma discussão realizada dentro da Secretaria. A ideia é separar o Centro. Criar uma representação específica para o Centro e outra para a região Oeste. E por isso, inclusive, o Aurélio apresentou aqui uma proposta em que não apareciam as regiões, mas a ideia é exatamente essa. Faz parte do processo de debate que está sendo feito, porque isso se relaciona com uma política de regionalização da Secretaria. É por Conselho, mas além do Conselho rebate na política de regionalização que no plano municipal vai estar totalmente definida.

Então estamos estudando exatamente a configuração. Esse é um problema da Prefeitura como um todo, que cada Secretaria acaba tendo uma divisão regional. Isso é um problema. A Educação tem 13. A Assistência tem uma por subprefeitura. Então temos, vamos chamar assim, uma espécie de confusão em relação a essa questão de regionalização e territorialização. Mas sem dúvida nenhuma o mínimo que vamos ter de fazer é essa separação entre Centro e Oeste. E eventualmente, talvez alguma outra região no plano municipal também se desdobre para poder ter maior aderência ao território.

Em relação à representação quero propor uma alteração. Quando se fala em um representante do Serviço Social do Comércio, acho que poderíamos alterar para que fique um

representante do sistema “S”, até porque quando se fala do sistema de eleição do Sesc é dito que serão eleitos pelos pares.

Então no caso, o Sesi, Senac, um representante do sistema S e eles decidem. Nós poderíamos eventualmente propor, nós vamos estudar porque tudo isso aqui significa aumentar o número, então fia um conselho muito grande, mas talvez pudéssemos deixar aqui ao invés de “duas personalidades proeminentes da cultura de livre escolha do Secretário”, deixar três, sendo que um seja representante da imprensa cultura, para que a imprensa cultura também possa estar representada no conselho. Talvez seja uma alternativa para poder responder essa questão.

Eu queria também dizer que além dessas alterações, nós deveremos também propor, dentro do substitutivo, uma modificação. Nós temos hoje um conselho do Arquivo Histórico Municipal, que basicamente analisa questões muito específicas e técnicas do arquivo, mas esse conselho precisa hoje ser ampliado para incluir um representante da Secretaria de Gestão. Não sei se todos conhecem isso, mas hoje todos os processos da Prefeitura ficam sobguarda da Secretaria de Gestão e vão para um enorme depósito que a Prefeitura tem no Piqueri. Passado um período de guarda pela Secretaria de Gestão, é feita uma seleção desses documentos que tem valor histórico e aí esses documentos são encaminhados ao Arquivo Histórico Municipal. Então nós entendemos que para que a gente possa avançar mais nesse tema de gestão dos arquivos é importante fazer uma modificação no conselho que já existe por lei, do Arquivo Histórico, para incluir um representante da Gestão para que possa ser tratado esse assunto.

E um outro assunto que também terá que ser incluído no projeto de lei diz respeito ao Conselho do Fundo Municipal de Cultura, que em decorrência de uma série de observações que foram feitas pela Secretaria de Governo, esse aspecto do projeto de lei do Vereador Reis acabou sendo vetado e nós devemos agora, no projeto de lei do conselho definir o conselho gestor do Fundo Municipal de Cultura para poder, dessa maneira, ser regulamentado e

começar a funcionar.

Em relação a essa questão do Fundo de Cultura, acho que foi o Jesus que levantou a questão, não entendi bem, que estava dizendo que o recurso não utilizado iria para o fundo. Na verdade não é assim, não deveria ser assim. Na verdade nós temos que ter uma dotação para o fundo. Só para explicar para os que não estão muito acompanhando a execução orçamentária, todas as secretarias têm um orçamento. Muitas secretarias não conseguem executar esse orçamento como um todo. Não conseguem porque atrasam os processos de licitação, porque a obra que está sendo feito se previa gastar x e se gasta menos, não consegue tudo que estava previsto, em suma, não consegue gastar o orçamento todo e nós estamos trabalhando arduamente no final do ano para que isso não aconteça com a Cultura. Às vezes acontece de chegar ao final do ano e não executar totalmente o orçamento. A gente chama devolver, mas, na verdade, é não receber, porque ela não chega a receber. Então, obviamente, os fundos, pela natureza deles, são fundos, eles podem manter esses recursos que passam de um exercício para o outro, de um ano para o outro. Mas, no caso, não podemos nos basear nisso para dotar o Fundo Municipal de Cultura. Ele tem que ter uma dotação própria, além de eventuais outras receitas. O que podem ser outras receitas? Pode ser desde ingressos nos teatros, quando não é gratuito, porque é toda uma discussão que nós temos que fazer, aliás, essa discussão da cobrança ou não de ingresso nos teatros é uma discussão pertinente até para o conselho fazer, seria que excelente o conselho fizesse essa discussão. Por quê? Porque, na verdade, o que acontece hoje é que a grande maioria dos eventos, shows e peças que são feitos pela secretaria são gratuitos, algumas pessoas acham que alguns desses eventos não deveriam ser totalmente gratuitos. Se eles não forem gratuitos eles vão gerar um receita. Essa receita obrigatoriamente seria encaminhada para o fundo. Isso também é o processo de multas eventuais; por exemplo, de determinadas ações que poderiam ser encaminhadas para o fundo.

No projeto de lei do fundo, o Vereador Reis colocou aqui, nós temos algumas

possibilidades, inclusive a possibilidade de ter doações ou o repasse de outros níveis de Governo, por exemplo, um repasse do Governo do Estado, do Governo Federal. A Câmara, a princípio, não pode repassar, ela pode fazer uma emenda destinando recurso para o fundo, isso seria uma maneira interessante de poder se fazer emendas, porque se encaminha recurso para o fundo e o fundo abre editais. Por exemplo, vendo aqui o Vereador Marquito, a quem queria cumprimentar, porque é um grande defensor do circo, fazer uma emenda para o fundo para ser utilizada num edital de circo. Então o fundo abre um edital e aí com isso fica possibilitado o acesso a esse recurso. Então é possível a gente ter, devemos ter uma dotação própria para o fundo e a sua destinação, obviamente, o conselho vai opinar sobre qual é a destinação desse recurso.

Queria só complementar em relação, apesar de que não está diretamente ligado ao PL, está um pouco ligado, a questão da diversidade. A diversidade é um aspecto, uma diretriz fundamental da secretaria no sentido de atender ao conjunto das várias manifestações culturais e o conselho reflete isso, porque além de uma representação das culturas afro-brasileiras, ele tem um representante das culturas indígenas, aliás, a secretaria tem hoje um programa específico voltado aos povos Guaranis, que é o Programa Aldeias, tem também um representante das culturas tradicional e popular. Veja que estamos falando aqui usando sempre o plural. E ter um representante do setorial GLBT, tem um setorial da cultura dos migrantes. Então a ideia desse conselho é ser um conselho bastante plural, além, evidentemente, nas músicas, em todas as outras linguagens, não existe nada que impeça de que haja uma representação ampla da diversidade dos vários segmentos culturais.

Quero destacar também – eu não sei se está aqui no texto da lei, talvez devesse ser colocado, embora seja redundante – o fato de que o conselho terá necessariamente 50% de mulheres. Então a questão de gênero está amplamente contemplada porque isso é já um decreto do Prefeito para todos os conselhos. Mas eu acharia que seria importante a gente introduzir aqui, até porque de repente pode ter uma mudança nessa diretriz geral, embora seja

redundante em relação àquilo que já é uma determinação geral da atual gestão, que necessariamente 50% dos representantes sejam mulheres.

Finalmente, acho que era importante dizer sobre a questão que foi levantada pelo Fábio, a questão da representação dos conselhos participativos. Na verdade, veja, quando estamos aqui tratando de representações regionais, nós estamos supondo que as regiões vão se organizar para eleger seus representantes. Ficaria excessivo termos um representante de cada subprefeitura, porque temos 32, só nessa parte. Já é grande o Conselho e com essas modificações: introdução dos idosos, da infância, irá passar de 50 membros, 52, provavelmente 53, maior será. Então, de alguma maneira, a representação regional está atendida com esse projeto.

Agora, nada impede, quer dizer, nós temos de entender o conselho como um conselho dinâmico. Uma coisa é sua composição fixa...

A SRA. ROSÁRIO – As comissões regionais são abertas e as comissões setoriais também.

O SR. NABIL BONDUKI – Era isso que eu iria falar. Quer dizer, as comissões regionais, e são os representantes que devem refletir em debate o que tem de acontecer. Então, por exemplo, um representante da Leste 1, que representa quatro, cinco subprefeituras, vai poder se reunir aos conselhos representativos. O que eu acho que seria interessante é batalharmos para que todo o conselho participativo tivesse uma comissão de cultura dentro do conselho participativo, em cada região da cidade. Isso talvez fosse uma iniciativa importante para ser feita no âmbito dos conselhos participativos. Essas seriam essas as principais contribuições.

Como foi citada a questão da periferia, nós estamos na Secretaria fazendo vários debates com movimento dos grupos coletivos culturais da periferia em torno da lei de fomento à periferia, em torno de um programa. Eu diria até mais do que uma lei, mas a nossa ideia é ter um programa de fomento à cultura periférica amplo, que possa atender as várias questões,

inclusive às trazidas por essa proposta de projeto de lei, mas ampliando outras questões importantes da periferia, como, por exemplo, regularizar a situação dos espaços municipais ocupados. Temos vários espaços no Município que estão ocupados por coletivos culturais, que precisam ser regularizados para terem estabilidade. Esse é um aspecto importante em que estamos trabalhando e há também outros aspectos que se relacionam com a cultura periférica.

Então, nós precisamos avançar bastante - digo nós, o Poder Público, a Prefeitura – em relação ao fato de poder reduzir a desigualdade que existe em relação a acesso aos recursos, darmos oportunidade às várias regiões e aos vários coletivos que atuam na Cidade. Estamos trabalhando bastante nesse sentido e devermos dialogar intensamente com os coletivos, continuando também o diálogo com a Câmara para que possamos ter um resultado positivo em relação a esse tema, o mais breve possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Secretário Nabil Bonduki. Consulto o Sr. Vereador Marquito, caso queira fazer uso da palavra.

O SR. MARQUITO – Queria agradecer a todos por esse debate sobre a cultura e dizer que estou trazendo o Circo Popular Escola. O Secretário Nabil Bonduki, aqui presente, é o responsável por esse trabalho maravilhoso. Tenho certeza de que será muito bom para a periferia. Logo todos ouvirão boas notícias.

As emendas do projeto do Vereador Marquito já estão em andamento. O Secretário Nabil e sua secretária poderão dar maiores informações. Agradeço também ao responsável da Abracirco, que veio trazer a sua colaboração.

Era só o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Marquito. Agradeço a presença e o compromisso com esta audiência pública e pelo trabalho que V.Exa. vem desenvolvendo junto à Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Tem a palavra a Sra. Rosário, que fará suas considerações finais.

A SRA. ROSÁRIO – Em relação à lei do Vereador Marquito, o Vereador apresentou emendas e estamos abrindo licitação para a aquisição de duas lonas. Uma deverá ser instalada na área verde do Teatro Flávio Império, no Cangaíba; e outra no Tendal da Lapa.

O objetivo é justamente que se ensine nesse espaço, em oficinas de ensino, o aprofundamento da técnica circense, mas também que possa ser um lugar de ensaio e de treino dos grupos que não têm lona.

Estamos trabalhando, fazendo várias ações em relação ao circo com as entidades ligadas ao circo, mas queremos também trabalhar com as trupes e grupos mais jovens que não têm lona e precisam de espaço para treino.

Esta semana, estivemos conversando muito rapidamente na Secretaria com o Vereador sobre a continuidade dessa proposta. Além das lonas, compraremos equipamentos para colocar nesses espaços para garantir que as oficinas tenham qualidade. Estamos fazendo isso agora nas zonas Oeste e Leste, e a ideia é de que no ano que vem possamos também estender essas atividades para as zonas Norte e Sul.

É isso.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Uma salva de palmas para a Sra. Rosário e uma salva de palmas também para o Dia da Cultura, que é hoje e ainda bem que estamos discutindo questões referentes à Cultura.

Vamos colher as propostas do Secretário Nabil, da Secretaria da Cultura deste Município. Vamos apresentar já o substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, para que na terça-feira, se estiver pronto, vá para Congresso de Comissões e assim vamos tentar acelerar a aprovação para a criação do Conselho de Política Cultural.

Agradeço a presença de todos nesta audiência pública, os que doaram parte do seu tempo nesta discussão. Agradeço a vinda da Secretaria da Cultura, do Secretário para

ouvirem os operadores da Cultura, que aqui vieram fazer suas exposições. Também agradeço o Vereador Marquito.

O SR. MARQUITO – Obrigado. Meu interesse é grande. Por isso fiz força para estar presente. Parabéns ao Presidente Reis.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agradeça aos assessores do Vereador Toninho Vespoli, que também é muito comprometido com a causa. Não está presente, mas se justificou, tinha um compromisso marcado anteriormente ao agendamento desta audiência.

Agradeço à Guarda Civil Metropolitana, à TV Câmara, que está nos dando todo apoio à Comissão de Educação Cultura e Esportes.

Agradeço ao Aurélio, a Rosário e ao Secretário Nabil Bonduki.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a audiência pública e desejo uma boa noite a todos.

_____ Muito obrigado.

(Palmas)